

DOCENTES DA UFRB REJEITAM DEFLAGRAÇÃO DE GREVE



DOCENTES DA UFRB REJEITAM DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

Em assembleia nessa quinta-feira (24), os docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) rejeitaram por 79 votos contra e 66 a favor, 3 abstenções, a deflagração da greve. O indicativo de greve havia sido aprovado na assembleia do dia 16. Contudo, a categoria docente deixou clara sua posição contra a PEC 55, e dará continuidade às atividades de mobilização, inclusive estarão em Brasília dia 29, dia da votação em primeiro turno no senado.

Dando início às discussões sobre a proposta de deflagração da greve, foi colocada a posição da diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR). A diretoria da APUR optou por respeitar a decisão do ANDES-SN que, em reunião no último fim de semana, votou pela deflagração da greve. Todavia, como é de costume da associação, foi acatada a posição da assembleia, que é e sempre será soberana.

Os docentes que defenderam a não deflagração da greve iniciaram suas posições explicando que ser contrário à greve não significava dizer que eram a favor do governo e da PEC 55. Apresentaram suas objeções à estratégia de greve, devido à tendência ao esvaziamento, visto que as férias de fim de ano se aproximam.

Mesmo não defendendo a deflagração da greve, alguns docentes argumentaram que são a favor da construção de outras estratégias de luta que eles entendem “comunicar” melhor a contrariedade à PEC.

Alguns docentes questionaram que outra estratégia, que não fosse a greve, poderia ser usada para tentar barrar as medidas do governo. A resposta a este questionamento foi que se deve continuar o que vem fazendo, as mobilizações e atos, bem como o apoio à ocupação estudantil e suas atividades.

O debate

O debate em torno da melhor estratégia para o combate à política do Governo Temer para a educação é conflituoso. Não se reduz, segundo alguns docentes, entre ser a favor ou contra a greve. Mesmo assim, os que defenderam a greve alegaram que esta expressa a solidariedade de classe e uma estratégia unificada e mais incisiva, segundo eles, dos que não apoiam este governo golpista. Estes entendem que a tática de possibilitar ações de conservadores neste momento é equivocada e fragmenta os esforços. Também alegaram a definição do CONAC de suspensão dos calendários um dos elementos para a deflagração da greve.

De qualquer modo, há unidade no apoio ao movimento estudantil, embora divergência na tática. A assembleia também definiu comissões de mobilização para o calendário de ações e a conversa com o movimento estudantil para apoio à continuidade da ocupação nos campi, especialmente em Cruz das Almas, discutindo, inclusive, a possibilidade de uma comissão de professores para relação direta com a Reitoria visando este fim de negociação, caso haja ações impeditivas.

A assembleia dessa quinta-feira contou não apenas com docentes de todos os centros da UFRB, mas também com a presença dos estudantes que estão na Ocupação do CETENS, que tiveram oportunidade de manifestarem suas posições favoráveis à greve e questionamento aos docentes.

A mobilização em torno da PEC 55 continua, tendo atividades nos centros. Nesta sexta-feira (25), ocorrerá um ato em Cruz das Almas, às 17 horas, em Feira de Santana (pela manhã, com concentração em frente à prefeitura) e em outros centros da UFRB.











COM 39 INSTITUIÇÕES PARALISADAS, DOCENTES INSTALAM COMANDO NACIONAL DE GREVE

Professores entram em greve contra PEC 55 e MP 746



Na manhã dessa quinta-feira (24) foi instalado na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF), o Comando Nacional de Greve (CNG) da Greve Nacional, por tempo indeterminado, de docentes das Instituições de Ensino Superior Públicas da Carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016 e contra a Medida Provisória (MP) 746/2016. O CNG é composto por representantes de todas as seções sindicais e comandos locais de greve.

Até a manhã dessa quinta, docentes de pelo menos 39 instituições (veja lista ao final do texto), entre institutos e universidades federais e universidades estaduais, já haviam aderido à paralisação. Diversas seções sindicais estão com assembleias agendadas para decidir sobre a deflagração da greve nos próximos dias. Essa é a primeira greve unificada dos dois setores representados pelo ANDES-SN – professores federais e estaduais de ensino superior -, desde a greve contra a Reforma da Previdência, em 2003.

A greve dos docentes acontece em articulação com os demais setores da Educação: técnico-administrativos das universidades federais e docentes e técnico-administrativos dos institutos federais representados pela Fasubra e Sinasefe, respectivamente, além das diversas greves e ocupações estudantis.

O ANDES-SN já comunicou o Ministério da Educação e o Senado Federal sobre a deflagração da greve. Docentes de mais de 30 instituições já iniciaram a paralisação (veja lista ao final). Os demais realizam assembleia para deliberar se aderem ou não ao movimento grevista.

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, ressalta que a greve não tem uma pauta corporativa, e sim uma pauta que diz respeito a toda a população: a defesa da Educação Pública. “A nossa indicação é por uma greve que realize atividades públicas nas universidades, oficinas, aulas, debates, em conjunto com os estudantes, que na maior parte das universidades já estão ocupando, e com os técnico-administrativos, que também estão em greve, envolvendo os movimentos sociais e a população como um todo, para explicar os riscos que a PEC 55 e a MP 746 representam para a Educação Pública em todos os níveis”, explica.

Os docentes decidiram por um calendário de ações como fazer um levantamento dos estudos já realizados pelas instituições sobre os impactos da PEC 55 nas Universidades; ampliar a pressão sobre os senadores e senadoras nos estados e no Senado federal, para votarem contra a PEC 55, através de e-mails, publicações nas redes sociais e atividades no Congresso Nacional; panfletagem junto aos senadores no Senado Federal na segunda-feira (28), e participação da marcha “Ocupa Brasília” dia 29 (terça).

Impactos da PEC 55/2016 nas IFE

Recentes estudos divulgados por instituições federais de ensino superior no país apontaram os efeitos nefastos para a Saúde e Educação públicas, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16 (antiga PEC 241) seja aprovada no Senado Federal. A PEC 55 limita por 20 anos as despesas primárias da União aos recursos do ano anterior corrigidos apenas pela inflação do período, para aumentar o superávit primário e destinar recursos ao pagamento de juros e amortização da dívida pública.

No que tange o ensino público superior, a proposta – caso seja aprovada-, limitará o orçamento das instituições e colocará em risco o pleno desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vários reitores já manifestaram que o corte nos recursos deverá inviabilizar o funcionamento das instituições nos próximos anos.

Confira a agenda:

- 21 a 24/11 – rodada de AG para deflagração da greve nacional nas seções sindicais.
- 24/11 – Deflagração da greve nacional de docentes das IES Públicas da Carreira EBTT e Magistério Superior, com instalação do Comando Nacional de Greve.
- 25/11 – Dia Nacional de Luta com mobilização, protestos e paralisações/greves e para construção da greve geral.
- 28/11 – Dia de atividades no Senado.
- 29/11 – Marcha Nacional à Brasília: Ocupa Brasília.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8537>

Seções Sindicais	Instituições
[1] ADUFC – Seção sindical não é base do ANDES-SN.	
[2] UFMG – Docentes independentes realizaram AG e deflagraram greve.	
ADCAC	1. Universidade Federal de Goiás (UFG) Catalão e Jataí
ADCAJ	
Aduc	2. Universidade Federal da Paraíba / Cajazeiras
ADUFC[1]	3. Universidade Federal do Ceará (UFC)
ADUFEPE	4. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
ADUFERPE	5. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
ADUFES	6. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
ADUFLA	7. Universidade Federal de Lavras (Ufla)
ADUFOB	8. Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)
ADUFOP	9. Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)
ADUFPA	10. Universidade Federal do Pará (Ufpa)
ADUFPEL	11. Universidade Federal de Pelotas (Ufpel)
Adufpel - IFSUL	12. Instituto Federal Sul (IFSul)
ADUFRA	13. Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra)
ADUFSJ	14. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)
ADUFTM	15. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
ADUFU	16. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
ADUFVJM	17. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
ADUNIFAL	18. Universidade Federal de Alfenas (Unifal)
Adunirio	19. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
ADUPE	20. Universidade Estadual de Pernambuco (UPE)
ADUR-RJ	21. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Adusb	22. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
APES-JF	23. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
	24. Instituto Federal do Sudeste MG
APROFURG	25. Universidade Federal de Rio Grande (Furg)
	26. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Rio Grande
APRUMA	27. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
SEDUFMS	28. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
SESDIFMT	29. Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT)
SESUNILA	30. Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)
SindicetMG	31. Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais (Cefet MG)
SINDIFPI	32. Instituto Federal do Piauí (IFPI)
SINDIUSB	33. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sindufap	34. Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Sindunifesspa	35. Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará
SINDUNIVASF	36. Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
SSIND ANDES UFRGS	37. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG[2]	38. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Sindufopa	39. Universidade Federal do Oeste do Pará

AGRESSORES FEREM SEIS ESTUDANTES DA UTFPR E SÃO LIBERADOS PELA PM

Seis estudantes que ocupam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, ficaram feridos por após serem agredidos com socos, chutes e pontapés por um grupo de aproximadamente 15 pessoas, contrário à ocupação, na noite de terça-feira (22). Mesmo sendo flagrados por policiais com pedras, facas, soco inglês e bombas caseiras, os agressores foram liberados.

A agressão ocorreu no portão de acesso à instituição na Avenida Silva Jardim, por volta das 22h30, quando o grupo de estudantes que fazia a segurança do lado de fora se preparava para entrar na universidade. Uma viatura da Polícia Militar, com dois agentes, estava parada no outro lado da rua no momento da chegada dos agressores. Mais policiais chegaram nos instantes seguintes, em três viaturas e uma moto.

Um vídeo gravado por uma pessoa apoiadora da ocupação mostra o momento em que policiais militares fizeram revista nos agressores e apreenderam uma bolsa de pedras, facas, soco inglês, bombas caseiras e uma balaclava (espécie de máscara que cobre todo o rosto). Na gravação, um dos policiais aponta para os objetos: “Filma aquelas facas [...]. Infelizmente o pessoal não está sabendo se manifestar. O pessoal está querendo ir pra cima”, disse um dos agentes.

Apesar do registro, em um primeiro contato com a assessoria de imprensa da Polícia Militar na manhã desta quarta-feira (23), por volta das 9h, a informação repassada foi de que não haviam sido encontradas ou apreendidas armas de nenhum tipo, e que “não houve ilícito, pois não chegou a haver confronto entre eles”. Por isso, após a revista, os agressores foram liberados pela polícia e não chegaram a ser encaminhados para a delegacia.

Às 11h45, a assessoria da corporação passou uma nova versão: os objetos de fato foram apreendidos, mas não durante as revistas, e sim no chão, em frente ao portão. Nenhuma

das pessoas revistadas teria assumido a posse das armas. Segundo a assessoria, os objetos foram enviados para o Serviço de Inteligência do 12º Batalhão, que deve averiguar a quem pertencem e qual seria o uso.

“Isso é uma ação ilegal, omissa. Eles tinham que ter, no mínimo, conduzido os agressores para ser lavrado um flagrante”, garante o advogado Manuel Caleiro, do coletivo Direito para Todos e Todas, que presta apoio jurídico à ocupação. Ele relata ainda que a abordagem policial incorreu em prática racista, quando um dos agentes, ao pegar o RG de um dos ocupantes vítima de agressão, disse “E essa foto aqui? Você é feio demais”. A conduta policial foi questionada quando os agentes propuseram que a jovem agredida fosse levada até a delegacia para o registro do Boletim de Ocorrência na mesma viatura que os seus agressores.



Desocupação da UnB é suspensa
O Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu, por 15 dias, o cumprimento da decisão do juízo da 4ª Vara da

Seção Judiciária do Distrito Federal que havia deferido o pedido de desocupação das instalações da Universidade de Brasília (UnB). A decisão foi proferida pelo desembargador federal Jirair Aram Meguerian.

Quanto ao mérito, o desembargador diz que não poder prevalecer o fundamento de que o movimento de ocupação não teria relação com a atividade acadêmica, considerando-se que “há divergências quanto aos efeitos da aprovação da PEC 241 nos orçamentos destinados às ações de educação que poderão trazer consequências desastrosas para as políticas dessa área”. Portanto, segundo a decisão, essas divergências são suficientes para se afirmar que a ocupação não se trata de movimentação meramente política, mas efetivamente de protesto que possui relação direta com os orçamentos destinados às políticas de educação, com a continuidade das atividades acadêmicas hoje desenvolvidas pela própria UnB.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8536>

SEM ALARDE, TEMER ENCAMINHA PRIVATIZAÇÃO DE BB E CAIXA

Bancos são vendidos de maneira fatiada, a começar por partes lucrativas, e patrimônio público é jogado no lixo

Escrito por: Luiz Carvalho

Da mesma forma que o golpe não usa mais canhões e fardas, a privatização também ganha outros ares e, sem alarde, é encaminhada pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) de maneira fatiada para amenizar a repercussão.

Nesta semana, o Banco do Brasil (BB) anunciou o fechamento de agências e o presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, apesar de afirmar que o banco não seguirá o mesmo caminho, indicou fechar os pontos deficitários.

Coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa, Dionísio Siqueira, aponta que o objetivo primordial dos golpistas é reduzir o papel da Caixa, único banco ainda 100% público no país.

“Você começa a ver corte no Minha Casa Minha Vida, na oferta de crédito, o não aporte do governo para empréstimos. Aliado a isso, vemos notícia de que os juros do BB e da Caixa já são maiores do que o do mercado. Isso tudo é uma forma de restringir o acesso do público ao crédito e, além de dificultar a saída da crise, ainda descapitaliza o banco”, explicou.

O remédio final para isso, aponta Siqueira, é bem conhecido pelos brasileiros. “No final, como houve na Europa, é o sistema financeiro quem irá dar a solução, vai vir com um pacote de privatização dos bancos públicos, aumento de impostos e retirada de direitos, como já vemos.”

Em pedaços

De acordo com o dirigente, o plano de privatização de Temer tira das mãos do país até mesmo setores lucrativos, como a loteria.

“O plano de privatização posto pelo governo é feito em pedaços. A Caixa Seguridade já está na mira, já criaram uma empresa chamada Lotex para vender a parte da loteria, algo que lembra, inclusive, o projeto de mudança de nome da Petrobrás para Petrobrax, do Fernando Henrique Cardoso. E vendem a parte lucrativa, a loteria, que é instantânea e tem muito recurso”, falou.

Outro risco, alerta Dionísio Siqueira, é o banco abrir mão do Fundo de Garantia, vendendo a ideia de que aumentaria a rentabilidade se todos os bancos pudessem operar.

“Isso reduziria o controle e a segurança do fundo para os trabalhadores, além de enfraquecer o poderio da Caixa para fazer política de habitação e programas sociais. O banco tem crescido muito e só não avança mais por conta das políticas que o governo está implementando”, criticou.

Negociação - A Contraf (Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro) discutirá essa questões em negociação marcada com a empresa para esta quinta (24) e sexta-feira (25). Também na pauta, as novas normas que cortaram funções, principalmente as operacionais, como de caixa, que afetam diretamente a população.



As reuniões acontecem paralelamente a mobilizações de organizações sindicais que também lançaram nessa quarta (23) a campanha “Se é público, é para todos” em defesa das estatais e dos investimentos em serviços públicos.

Custo da transferência

Para refrescar a memória de quem não viveu a privatização dos bancos públicos, o secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf, Carlindo Dias de

Oliveira, o Abelha, alerta para os impactos que a venda do patrimônio traz para o país.

“Ao trabalhador, fica a insegurança de permanecer ou não, há a perda de benefícios e, em pouco tempo, a junção das duas marcas resulta em enxugamento de pessoal. Se pegarmos a união do HSBC e do Bradesco, por exemplo, vamos ver que o primeiro tinha 19 mil trabalhadores e o segundo, 89 mil. Só que o Bradesco já caminha para ter o mesmo quadro de antes da fusão, porque o ramo aposta na rotatividade”, pontuou.

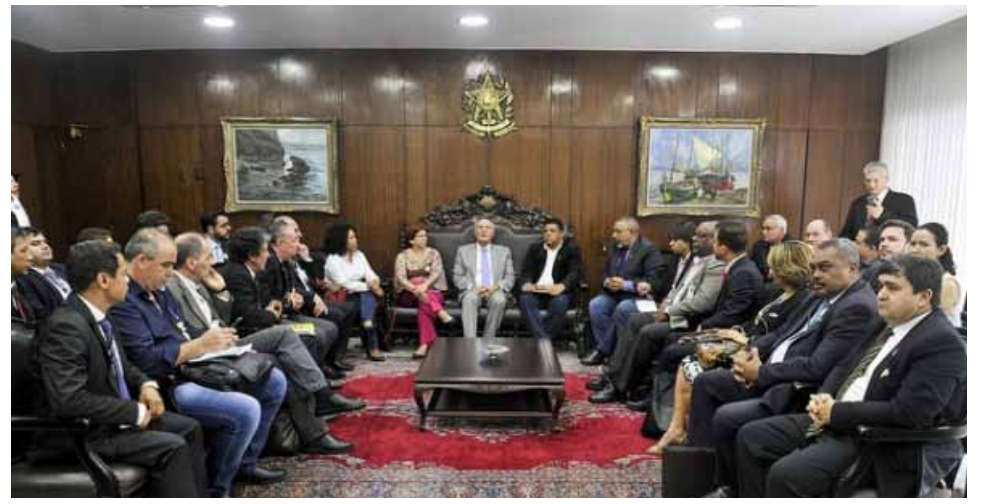
Uma rotatividade que ocorre com a demissão do trabalhador no topo da pirâmide para contratação com menor salário e menos benefícios. Esse cenário impacta diretamente na qualidade do serviço prestado ao público.

“Além disso, ao perder o caráter público, o banco deixa de ter como meta principal financiar o desenvolvimento, oferecer juros mais baixos, incentivar a produção agrícola, a habitação de menor custo, o desenvolvimento das empresas. E isso vem acompanhado de terceirização, os bancos privatizados passam a jogar o cliente que quer ir à boca do caixa, por exemplo, para bancos postais ou auto atendimento”, definiu.

POR PRESSÃO DA CUT, TERCEIRIZAÇÃO É ADIADA NO SENADO FEDERAL

Ação resultou em vitória à classe trabalhadora

Escrito por: Luciana Waclawovsky



Ficou agendada para a próxima quarta-feira (30.11) nova reunião entre as centrais e parlamentares, para discutir o relatório final sobre o projeto que regulamenta a terceirização. O acordo foi feito na tarde desta quarta-feira (22.11), em Brasília, a partir da pressão da CUT e centrais sindicais com o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Antes, na parte da manhã, as centrais sindicais expressaram unanimidade diante da redação do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), cujo texto final não prevê a possibilidade de terceirização de mão de obra nas atividades fim.

Ficou combinado que o presidente do Senado pedirá ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que o PL 4302/1998, que também dispõe sobre terceirização, não seja apreciado. Foi acertado, ainda, que Calheiros fará uma audiência com a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) para que o judiciário não delibere sobre o assunto.

“É uma vitória das trabalhadoras e trabalhadores de todo o Brasil”, comemorou a secretária nacional de Relações do trabalho, Graça Costa, sobre as ações que resultaram no desfecho positivo dos últimos dias. Desde o início da semana a CUT, junto de integrantes de cada ramo, trabalhou intensamente para sensibilizar os senadores e

lembrar que as duas propostas (PLC 30/2015 e PL 4302/98) que prevêem a terceirização em atividades fim são absolutamente nefastas aos trabalhadores. “Iniciamos com uma oficina interna de instrumentalização sobre os temas em debate (terceirização, trabalho escravo e direito de greve) e passamos em todos os gabinetes dos senadores, apesar das dificuldades de acesso dentro do Congresso”, relatou a dirigente.

Para a CUT o ideal é que esse assunto não seja votado às pressas. “Entendemos que nesse momento, de tudo o que já foi trabalhado até agora, é não ter nenhuma definição ainda neste ano, pois o ambiente está muito contaminado em razão do golpe de estado que o país sofreu”, argumentou Graça. Ela esclareceu que a tendência é que este assunto seja todo resolvido dentro do Senado, “mesmo com toda a pressão que o STF vem fazendo”, comentou.

Segundo o relator, senador Paulo Paim (PT-RS,) por unanimidade os trabalhadores não querem a terceirização na atividade fim, “chegamos a esta conclusão em todos os estados, nas 27 audiências públicas já realizadas”, enfatizou o parlamentar. Ele destacou, ainda, que é importante sim regulamentar os 13 milhões de terceirizados que existem hoje no país. “Porém, terceirizar tudo não é a solução”, concluiu.

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/terceirizacao-e-adiada-no-senado-federal-7374/>